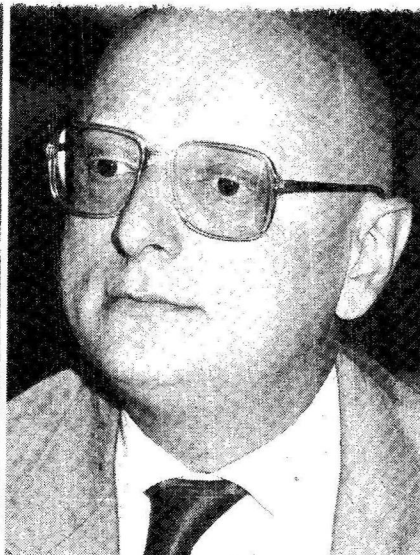
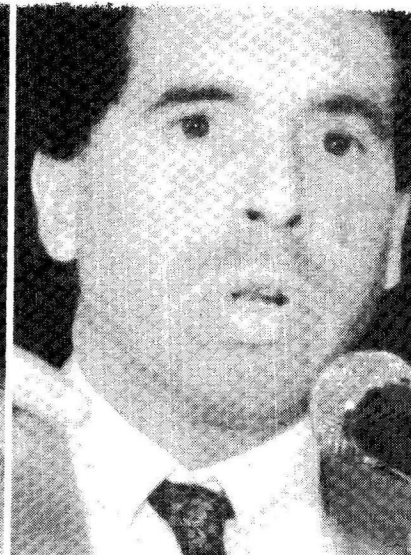




Ministro Eliseu Resende



Espiridião Amin: críticas.



José Fogaça: moral.

SENADO CRITICA ITAMAR

Por restringir uso das moedas podres na privatização

O governo Itamar Franco caminha em direção oposta, em matéria de privatização, à comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Ontem, os senadores desta comissão fizeram duras críticas à decisão de Itamar Franco de impor fortes restrições ao uso das chamadas “moedas podres” — títulos públicos negociados no mercado com deságio —, na compra de estatais. “Quer dizer que o governo aceita tudo, menos cheque emitido por ele mesmo?”, perguntou o senador Espiridião Amin (PDS-SC), numa referência à disposição de não aceitar os títulos.

O senador José Fogaça

(PMDB-RS) disse que a desmoralização das chamadas “moedas podres” vai terminar desmoralizando o próprio programa de reforma agrária, que considera essencial. “Como é que o proprietário de terra que foi desapropriado vai aceitar Títulos da Dívida Agrária em pagamento, se o próprio governo não os aceita?”, perguntou. Fogaça mostrou que os títulos são dívidas assumidas pelo Tesouro Nacional e que não faz sentido discriminá-los.

Itamar Franco foi criticado também por não querer a participação dos fundos de pensão das estatais nos leilões de privatização.

“É preciso entender que os fundos de pensão são o nosso Kuwait, os únicos que hoje têm dinheiro para investir no país”, disse o senador Espiridião Amin, ao se referir ao patrimônio de mais de US\$ 20 bilhões, estimado para os fundos.

O leilão de 31,47% do capital da Poliolefinas, pertencentes à Petroquisa, na sexta-feira, será uma privatização de cartas marcadas e que pouco renderá ao governo, segundo o ex-presidente da comissão diretora do Programa Nacional de Desestatização (PND), Eduardo Modiano. “Os investidores não terão tempo de montar operações para disputar as ações”.